

BC manterá juros altos para segurar preços

O presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, avisou que os primeiros seis meses do regime de livre flutuação da taxa de câmbio "serão duros" para a economia. Para evitar que a desvalorização cambial seja repassada indiscriminadamente aos preços, o Banco Central terá de continuar praticando juros altos, afirmou. Entretanto, se a transição para o novo regime ocorrer como ele imagina, o impacto inflacionário da desvalorização ficará entre 4% e 5% este ano, a taxa de câmbio se estabilizará num nível bem inferior ao atual e, no segundo semestre, com os juros em queda, a economia voltará a crescer "especialmente".

O cenário do que está por vir em função do regime de livre flutuação da taxa de câmbio foi traçado por Lopes ao ser sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Aprovado ontem por 23 votos a 2, falta passar pelo plenário do Senado, Francisco Lopes poderá assumir como titular a presidência do Banco Central.

Uma das preocupações manifestadas pelos senadores foi em relação ao nível da taxa de câmbio, que disparou com o fim do regime de bandas e o consequente fim das intervenções do BC como vendedor no mercado, para segurar as cotações. "É um fenômeno de mercado. Não devemos nos impressionar com ele", afirmou Lopes, prevendo que durante algum tempo a taxa possa continuar volátil.

Engana-se, porém, na opinião de Lopes, quem imagina que a cotação do dólar não vá recuar. "É errado supor que a desvalorização da taxa de câmbio pode ir a 40% e ficar em 40% permanentemente. A taxa evolui, depois retrocede", disse, acrescentando que países como o México passaram por experiência semelhante ao adotar a livre flutuação.

Ele disse poder garantir que em 12 ou 15 meses a desvalorização acumulada desde o início da adoção do novo regime será menor que a verificada até agora. Haverá, portanto, depois da disparada, um período de apreciação da taxa de câmbio, acrescentou.

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos também mostraram-se preocupados em saber qual o impacto potencial da desvalorização cambial sobre os preços. Francisco Lopes reconheceu que não há como evitar um efeito inflacionário. Mas explicou que esse efeito será decorrente não de um processo de reindexação da economia, mas de um ajuste de preços relativos, já que os importados fazem parte da estrutura de custos de diversos produtos. Se o governo conseguir evitar uma propagação generalizada para todos os preços, como imagina que conseguirá, o impacto "não será nada assustador".

Evitar essa propagação, assegurou ele, é "prioridade máxima" do governo no momento. "O processo inflacionário crônico não voltará", prometeu. Pelas contas do presidente do Banco Central, "não há razão" para que o impacto inflacionário da

desvalorização cambial seja maior do que 4% a 5% em 1999. Mesmo que o dólar se estabilize em R\$ 1,80. Lopes explicou que não há motivo econômico para propagação generalizada do impacto porque as importações representam apenas 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Inflação

Os senadores ouviram com ceticismo. Ademir Andrade (PSB-PA) fez uma intervenção apostando que, por causa do novo regime, o governo não conseguirá evitar que a inflação de 1999 seja de dois dígitos (10%). Para o senador, ao desincentivar importações e estimular exportações, o governo promoverá um desabastecimento interno. Sem oferta suficiente, os preços vão disparar, previu Ademir Andrade. Na opinião do senador, está se repetindo o erro cometido na década de 80, quando superávits consideráveis na balança comercial não evitaram a inflação.

Lopes respondeu a vários senadores apontando a política monetária como instrumento escolhido para controlar os preços, via controle de demanda. "Temos condições de impedir que a inflação volte", garantiu ele, avisando que, no curto prazo, será necessário "apertar a política monetária", isto é, manter sob forte controle a oferta de moeda na economia. A escolha significa continuidade de juros altos, talvez até nova elevação. Ele lembrou que, recentemente, o Banco Central já elevou em três pontos a taxa de suas operações diárias e que não hesitará em usar os juros.

Passados os seis primeiros meses do novo regime cambial, acredita Francisco Lopes, as perspectivas serão outras. Como o novo regime não exige mais um piso de taxas de juros e como, até lá, o processo de realinhamento de preços deverá estar completado e os juros poderão ser reduzidos drasticamente. Adicionalmente, o setor exportador estará produzindo mais. A perspectiva, portanto, é de retomada de crescimento, acelerada, prevê Lopes.

Para que tais previsões se confirmem, defendeu o presidente do BC, é preciso que o Congresso complete a aprovação das medidas do programa de estabilização fiscal. O apoio do Congresso é fundamental para retomada de credibilidade do País, defendeu ainda, acrescentando que isso é necessário para que o País volte a receber fluxo positivo de recursos externos.

Perguntado se novas medidas fiscais serão necessárias para o ajuste das contas públicas, Francisco Lopes disse acreditar que não. As medidas em votação e já aprovadas, segundo ele, "são suficientes" para que o setor público consiga fazer um superávit primário equivalente a 2,6% do PIB este ano, isto é, para que as receitas superem as despesas nesse montante, ignorados gastos com juros.

Francisco Lopes condicionou esse resultado, porém, ao cumprimento, pelos governos estaduais, dos acordos de refinanciamento das dívidas dos Estados pela União. "Se

não formos sabotados por governadores de Estados, conseguiremos fazer um superávit primário de 2,6% do PIB", afirmou ele, numa crítica indireta à moratória decretada pelo governador mineiro Itamar Franco, e cujos efeitos práticos o governo

federal tenta evitar.

Se a meta for atingida, na opinião de Francisco Lopes, haverá base sólida para a consolidação do processo de estabilização da economia e consequente retomada do desenvolvimento do País.

Os senadores manifestaram preocupação com o nível da taxa de câmbio, que disparou com o fim do regime de bandas